



Governo do Estado do Mato Grosso do Sul  
Secretaria de Estado de Receita e Controle  
Concurso Público 2006

## Fiscal de Rendas

# 1ª Prova Objetiva (21/05/2006)

## Instruções

- Você receberá do fiscal o material descrito a seguir:
  - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova;
  - b) este caderno com o nome do cargo a que você está concorrendo e o enunciado das **80 (oitenta) questões**, sem repetição ou falha.
- Verifique se o material está em ordem, se seu *nome* e seu *número de inscrição* são os que aparecem na folha de respostas; **caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.**
- Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
  - a) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas;
  - b) conferir seu **nome e número de inscrição**;
  - c) **assinar**, no espaço reservado, com caneta esferográfica azul ou preta, a folha de respostas.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Reserve os **20 (vinte) minutos** finais para marcar a folha de respostas.
- Quando terminar, entregue a folha de respostas ao fiscal.
- O candidato só poderá levar consigo este caderno quando faltarem 30 (trinta) minutos para o término da prova.
- O rascunho no caderno de questões não será levado em consideração.
- O tempo disponível para esta prova será de **4 (quatro) horas**.



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS  
FGV PROJETOS



## PORTUGUÊS

### Texto I

#### Esquerda e direita no Brasil, hoje

5 Ninguém pode pretender negar diversos progressos no movimento da história. A humanidade, hoje, se beneficia de conquistas importantes na área da medicina, por exemplo. Podemos ser operados com anestesia, suavizar dores com analgésicos. Dispomos de meios de transporte rapidíssimos, helicópteros, aviões. Nossas casas têm luz elétrica, água encanada, esgoto. Vemos filmes, acompanhamos seriados na TV, ouvimos rádio. E, cada vez mais, utilizamos os computadores, a internet.

10 Tal como está organizada, a sociedade gira em torno do mercado, de acordo com um sistema que alguns chamam de "economia de mercado", e outros, de "capitalismo". Até hoje, não surgiu nenhum sistema tão capaz de fazer crescer a economia. As experiências feitas em nome do socialismo não manifestaram força própria suficiente para competir, no plano do crescimento econômico, com o capitalismo.

15 O modo de produção capitalista não tem vocação suicida, e nada indica que ele esteja a ponto de morrer de morte natural. Seus representantes na arena política recorrem à repressão quando necessário e fazem concessões quando conveniente. Os trabalhadores têm feito conquistas significativas, do século 20 para cá; visivelmente não sentem saudades do tempo em que eram obrigados a jornadas de trabalho de 12 horas.

20 Parte dos trabalhadores – mais que no passado – chega mesmo a integrar-se à burguesia. Esse, porém, é um caminho que só pode ser percorrido por poucos. Alguns progridem. Faz parte da lógica do sistema, contudo, que as massas permaneçam excluídas. A cooptação de setores da representação política das classes médias está sendo mais resoluta, mais eficiente. O individualismo característico dessas confusas camadas intermediárias as torna muito vulneráveis à sedução das classes dominantes.

25 Temos uma situação histórica favorável ao bloco conservador. Nas atuais condições, a direita vem administrando suas contradições internas. A política econômica do governo do PT, as posições neoliberais do PSDB e as diferentes tendências reunidas no PMDB tranqüilizaram a direita nos últimos anos. Tanto no PT como no PSDB e no PMDB os líderes posicionados um pouco mais à esquerda (não quer dizer que eles sejam de esquerda) foram marginalizados.

30 A esquerda está desarticulada. O naufrágio da União Soviética não arrastou só os partidos comunistas: mais de 15 anos se passaram, e o estilhaçamento ainda afeta dolorosamente diversas organizações socialistas.

35 No Brasil, o quadro é complexo, angustiante. Há pessoas de esquerda no PT, no PC do B, no PSB, no PDT e até no PSDB. Há muita gente de esquerda circunstancialmente sem partido. E há a valente iniciativa da senadora Heloísa Helena, o PSOL. Mas ainda não há um programa alternativo maduro que se contraponha à euforia do programa conservador, aplicado por gente que foi de esquerda e aplaudido pela direita.

40 Nas atuais condições em que exerce a sua hegemonia, a direita "moderada" conseguiu infiltrar seus critérios no discurso da esquerda "moderada". Os "moderados" dão o estilo. O conteúdo é dado pela "leitura" oficial da economia.

45 Antigamente, eram os marxistas que polemizavam em torno da economia, apoiados no "materialismo histórico".

60 Alguns chegaram a falar num "materialismo econômico". Tinham a convicção de que estavam na crista de uma onda que os empurrava inexoravelmente para adiante, para promover a transformação das relações de produção e o crescimento das forças produtivas.

65 A fé determinista na dinâmica da economia contribuiu para que a esquerda tradicional, despreparada, sofresse contundentes derrotas. Duras lições da história política convenceram a esquerda a conviver com sua diversidade interna, em sua luta pela ampliação das liberdades e pela superação das desigualdades.

70 A economia é um nível essencial da realidade histórica; nela, os seres humanos agem, fazem escolhas, tomam iniciativas. Não há nada de inexorável em seus movimentos. Os marxistas se dispuseram, então, a discutir as motivações dos sujeitos que modificam a realidade objetiva. Passaram a debater idéias extraídas de Gramsci, Lukács, Adorno.

75 Curiosamente, no momento em que os marxistas (e, com eles, a esquerda em geral) sublinhavam a significação crucial dos valores, da ética, a direita assumia a centralidade da economia e passava a acreditar que possuía a chave da compreensão correta (e da solução) dos problemas que nos afligem no presente.

80 Essa chave é o instrumento simbólico mais eficiente da ideologia dominante (que, como dizia Marx, é sempre a ideologia das classes dominantes): é ela que insiste em nos convencer que as desigualdades sociais são naturais, que não há alternativa para o capitalismo, que o socialismo já foi tentado e fracassou. É ela que sustenta que as liberdades precisam se enraizar nas elites para depois, lentamente, chegar ao povão. Empunhando a chave, com a costureira cara-de-pau, a direita pede paciência aos trabalhadores e promete que, com o tempo, eles vão se beneficiar de melhores condições materiais de cidadania, tal como aconteceu com as conquistas da medicina, os aviões e os computadores, que demoraram, mas vieram.

90 Permite-me perguntar: vieram mesmo?

(Leandro Konder. *Folha de São Paulo*, 13/04/2006)

### 1

Assinale a alternativa que apresente comentário pertinente ao texto I.

- (A) O texto apresenta um desabafo a respeito da situação política do Brasil, apontando, perspicazmente, por comparação, os motivos por que não teria êxito a instauração de um regime socialista.
- (B) O texto discorre sobre a situação histórico-política internacional, objetivando analisar especificamente o caso brasileiro no tocante à falta de espaço para o surgimento de partidos políticos renovadores, capazes de revelar o discurso falho da extrema direita.
- (C) O texto reafirma a ineficácia do socialismo como forma de governo e aponta, no capitalismo, tanto no cenário internacional quanto no doméstico, a supremacia dos blocos moderados, de esquerda e direita, ditando falaciosamente a democracia ao povão.
- (D) O texto aponta, no cenário político doméstico, o processo de desarticulação da esquerda, como resultado do fim do modelo socialista e da supremacia da direita ao ditar a interpretação da economia.
- (E) O texto questiona se os valores apontados como conquistas pela direita de fato aconteceram, observando que a interpretação falaciosa da realidade atraiu antigos esquerdistas a sobejarem teorias que explicassem as falhas no processo democrático historicamente.

**2**

O nono parágrafo, em relação ao oitavo, apresenta-se como:

- (A) explicação.
- (B) exemplificação.
- (C) complemento.
- (D) desdobramento.
- (E) oposição.

**3**

A expressão *na crista de uma onda* (L.61) tem origem no registro:

- (A) burocrático.
- (B) culto.
- (C) inculto.
- (D) informal.
- (E) regional.

**4**

*Parte dos trabalhadores – mais que no passado – chega mesmo a integrar-se à burguesia.* (L.25-26)

O travessão no trecho acima introduz:

- (A) um aposto.
- (B) um questionamento.
- (C) um comentário.
- (D) uma explicação.
- (E) uma ressalva.

**5**

A palavra *inexorável* (L.73) só **não** pode ser substituída, no texto I, sob pena de alteração de sentido, por:

- (A) implacável.
- (B) indelével.
- (C) inelutável.
- (D) perituro.
- (E) sempiterno.

**6**

*Podemos ser operados **com** anestesia, suavizar dores **com** analgésicos.* (L.4-5)

As duas ocorrências da preposição *com* no trecho acima expressam, respectivamente, o sentido de:

- (A) meio e modo.
- (B) meio e meio.
- (C) modo e meio.
- (D) modo e modo.
- (E) companhia e instrumento.

**7**

As alternativas a seguir desempenham, no texto I, mesma função sintática, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) de fazer crescer a economia (L.13-14)
- (B) a jornadas de trabalho de 12 horas (L.23-24)
- (C) à sedução das classes dominantes (L.32-33)
- (D) das relações de produção (L.63)
- (E) das forças produtivas (L.64)

**8**

*Nas atuais condições em que exerce a sua hegemonia, a direita "moderada" conseguiu infiltrar **seus** critérios no discurso da esquerda "moderada".* (L.54-56)

A palavra *seus* no trecho acima tem valor:

- (A) anafórico.
- (B) anastrófico.
- (C) catafórico.
- (D) hiperbólico.
- (E) paragramático.

**9**

*Curiosamente, no momento em **que** os marxistas (e, com eles, a esquerda em geral) sublinhavam a significação crucial dos valores, da ética, a direita assumia a centralidade da economia e passava a acreditar **que** possuía a chave da compreensão correta (e da solução) dos problemas **que** nos afligem no presente.* (L.77-82)

Assinale a alternativa correta quanto à classe gramatical e função sintática, respectivamente, das ocorrências da palavra QUE grifadas no trecho acima.

	CLASSE GRAMATICAL	FUNÇÃO SINTÁTICA
(A)	pronome relativo conjunção integrante pronome relativo	adjunto adnominal objeto direto sujeito
(B)	conjunção integrante conjunção subordinativa conjunção integrante	complemento nominal sem função sintática objeto direto
(C)	preposição pronome relativo conjunção integrante	sem função sintática objeto indireto sem função sintática
(D)	conjunção integrante conjunção subordinativa conjunção subordinativa	sem função sintática objeto indireto objeto direto
(E)	pronome relativo conjunção integrante pronome relativo	adjunto adverbial sem função sintática sujeito

**10**

A oração *que não há alternativa para o capitalismo* (L.86-87) deve ser corretamente classificada como:

- (A) oração subordinada substantiva apositiva.
- (B) oração subordinada substantiva completiva nominal.
- (C) oração subordinada substantiva objetiva direta.
- (D) oração subordinada substantiva objetiva indireta.
- (E) oração subordinada substantiva subjetiva.

**11**

A palavra *Tal* (L.10) classifica-se como:

- (A) adjetivo.
- (B) advérbio.
- (C) conjunção.
- (D) pronome demonstrativo.
- (E) pronome relativo.

12

Mas ainda não há um programa alternativo maduro que se contraponha à euforia do programa conservador, aplicado por gente que foi de esquerda e aplaudido pela direita. (L.51-53)

Quantos verbos há no trecho acima?

- (A) seis
- (B) cinco
- (C) quatro
- (D) três
- (E) dois

13

Assinale a alternativa em que um dos elementos mórficos da palavra *contribuiu* (L.65) **não** esteja corretamente analisado.

- (A) **contribuiu** = prefixo
- (B) **contribuiu** = raiz
- (C) **contribuiu** = desinência modo-temporal
- (D) **contribuiu** = tema
- (E) **contribuiu** = vogal temática

14

*O modo de produção capitalista não tem vocação suicida, e nada indica que ele esteja a ponto de morrer de morte natural.* (L.17-19)

No trecho acima, utilizou-se corretamente a vírgula antes da conjunção E. Assinale a alternativa em que isso **não** tenha ocorrido.

- (A) Você deve sair antes de anoitecer, e antes de acenderem as luzes, e antes de fecharem o comércio.
- (B) Ele muito se esforçou para a realização daquele projeto, e acabou não sendo bem-sucedido.
- (C) Os irmãos compreendiam-se mutuamente, e, portanto, respeitavam-se.
- (D) A expedição encontrou um grupo perdido, e todos voltaram juntos.
- (E) A maioria dos estudantes aprovou a proposta, e seus pais acataram a decisão.

15

Assinale a alternativa em que a palavra tenha sido formada pelo mesmo processo que *acompanhamos* (L.7).

- (A) rapidíssimos (L.5)
- (B) encanada (L.7)
- (C) utilizamos (L.8)
- (D) repressão (L.20)
- (E) intermediárias (L.32)

16

Em *cara-de-pau* (L.91), utilizou-se corretamente o hífen, por se tratar de substantivo composto.

Nas alternativas a seguir, há uma palavra que não foi grafada corretamente, por ausência de hífen. Assinale-a.

- (A) arquiinimigo
- (B) socioeconômico
- (C) subempregado
- (D) extraordinário
- (E) extraoficial

Texto II



(Angeli. www2.uol.com.br/angeli)

17

Assinale a alternativa em que se encontre a melhor redação da transposição da fala do primeiro balão para o discurso indireto.

- (A) O homem rico disse ao homem pobre que o filho daquele era o com a fitinha azul. E perguntou ao pobre qual era o deste.
- (B) O homem rico disse ao homem pobre que o seu era aquele com a fitinha azul. E perguntou ao pobre qual era o dele.
- (C) O homem rico disse ao homem pobre que seu filho era o com a fitinha azul. E perguntou ao pobre qual era o seu.
- (D) O homem rico disse ao homem pobre que o dele era aquele com a fitinha azul. E perguntou ao pobre qual filho era seu.
- (E) O homem rico disse ao homem pobre que o filho dele era o com a fitinha azul. E perguntou ao pobre qual era o seu.

18

Ao associar-se a charge com o seu título, percebe-se que a interpretação é possível pela via:

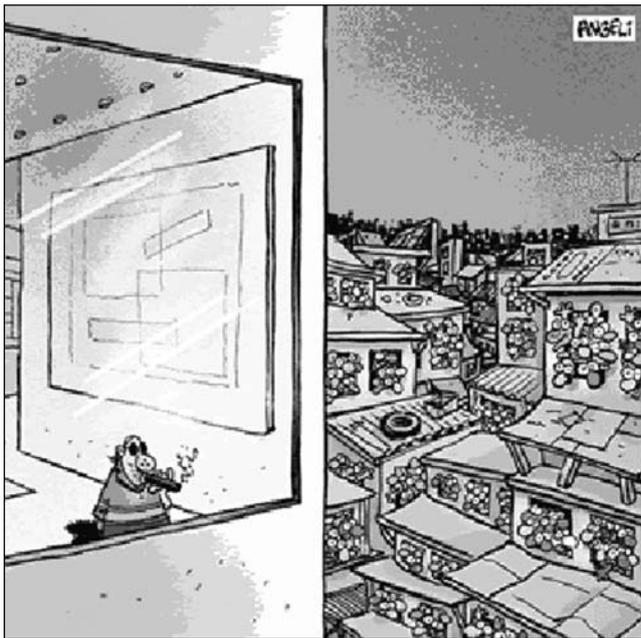
- (A) alegórica.
- (B) fática.
- (C) lúdica.
- (D) metonímica.
- (E) sofisticada.

19

Passando a fala "Adivinhe" para a forma de tratamento *vós*, obtém-se:

- (A) Adivinhais.
- (B) Adivinhai.
- (C) Adivinheis.
- (D) Adivinhei.
- (E) Adivinde.

20



(Angeli. www2.uol.com.br/angeli)

A palavra que melhor expressa a situação apresentada na imagem é:

- (A) antítese.
- (B) paradoxo.
- (C) irrealidade.
- (D) surpresa.
- (E) exagero.

## MATEMÁTICA FINANCEIRA

21

Determine o valor atual de um título descontado (desconto simples por fora) dois meses antes do vencimento, sendo a taxa de desconto 10% e o valor de face igual a R\$ 2.000,00.

- (A) R\$ 1.580,00
- (B) R\$ 1.600,00
- (C) R\$ 1.640,00
- (D) R\$ 1.680,00
- (E) R\$ 1.720,00

22

Determine a taxa efetiva anual correspondente a 30% ao ano com capitalização semestral.

- (A) 60%
- (B) 63%
- (C) 65%
- (D) 67%
- (E) 69%

23

O montante acumulado em uma série de 400 depósitos mensais de R\$ 150,00, a juros de 1% ao mês, permite a obtenção, a partir daí, de uma renda perpétua de que valor? Dado:  $1,01^{400} = 53,52$

- (A) R\$ 3.512,00
- (B) R\$ 4.884,00
- (C) R\$ 5.182,00
- (D) R\$ 6.442,00
- (E) R\$ 7.878,00

24

Deve-se decidir entre investir no projeto X ou no projeto Y ou em nenhum deles. A taxa mínima de atratividade é 10% ao ano e os fluxos de caixa dos projetos, bem como as taxas internas de retorno (TIR) e os valores presentes líquidos (VPL) ( $i=10\%$  ao ano) encontram-se a seguir:

Época	0	1	2	3	4
X	-50	20	20	20	20
Y	-100	45	40	30	30

VPL(X) = 13,4      TIR(X) = 21,9% a.a.  
 VPL(Y) = 17,0      TIR(Y) = 18,3% a.a.

A decisão que deve ser tomada é:

- (A) investir em X, porque tem maior TIR.
- (B) investir em X, porque tem menor VPL.
- (C) investir em Y, porque tem maior VPL.
- (D) investir indiferentemente em X ou em Y, que são igualmente atrativos.
- (E) não investir.

**O enunciado a seguir refere-se às questões de números 25 e 26.**

Considere um financiamento de R\$ 150.000,00 em 150 prestações mensais, pelo SAC, a juros de 1% ao mês.

25

Determine o estado da dívida imediatamente após o pagamento da 60ª prestação.

- (A) R\$ 60.000,00
- (B) R\$ 70.000,00
- (C) R\$ 80.000,00
- (D) R\$ 90.000,00
- (E) R\$ 100.000,00

26

Determine o valor dessa prestação.

- (A) R\$ 1.910,00
- (B) R\$ 2.000,00
- (C) R\$ 2.100,00
- (D) R\$ 2.110,00
- (E) R\$ 2.220,00

27

Determine o montante, em 75 dias, de um principal de R\$ 5.000,00 a juros de 10% ao mês, pela convenção linear.

- (A) R\$ 6.250,00
- (B) R\$ 6.300,00
- (C) R\$ 6.325,00
- (D) R\$ 6.344,00
- (E) R\$ 6.352,50

28

De quanto diminui o seu salário real, se o seu salário nominal aumenta de 10% e há uma inflação de 40%?

- (A) 12%
- (B) 15%
- (C) 18%
- (D) 21%
- (E) 30%

29

Qual é a taxa efetiva mensal paga por quem toma um empréstimo de R\$ 2.000,00, por dois meses, a juros simples de 10,5% ao mês?

- (A) 10%
- (B) 10,1%
- (C) 10,3%
- (D) 10,4%
- (E) 10,5%

**30**

Um artigo custa, à vista, R\$ 200,00 e pode ser comprado a prazo com uma entrada de R\$ 100,00 e um pagamento de R\$ 120,00 um mês após a compra. Os que compram a prazo pagam juros mensais de taxa:

- (A) 5%.
- (B) 10%.
- (C) 20%.
- (D) 25%.
- (E) 30%.

**DIREITO CIVIL****31**

A lei geral posterior que cria disposição geral:

- (A) ab-roga a lei especial.
- (B) depende, para entrar em vigor, que a lei especial seja revogada.
- (C) altera a lei especial, mas sem revogá-la.
- (D) não revoga nem modifica a lei especial em vigor.
- (E) revoga a lei especial.

**32**

O Código Civil veda o testamento:

- (A) nuncupativo militar.
- (B) marítimo.
- (C) hológrafo.
- (D) conjuntivo.
- (E) militar.

**33**

Assinale o nome do fato jurídico em que a eficácia de negócio jurídico é submetida, por vontade das partes, a evento futuro e incerto.

- (A) condição
- (B) condição resolutiva
- (C) condição potestativa
- (D) encargo
- (E) termo final

**34**

Com a intenção deliberada de prejudicar outrem, pós-data-se o instrumento de negócio jurídico. Aponte o vício ligado a esse procedimento.

- (A) dolo acidental
- (B) erro substancial
- (C) simulação
- (D) erro acidental
- (E) fraude

**35**

É ato jurídico bilateral e sinalagmático:

- (A) doação.
- (B) promessa de recompensa.
- (C) permuta.
- (D) comodato.
- (E) depósito gratuito.

**DIREITO COMERCIAL****36**

Assinale os títulos de crédito que contêm uma ordem de pagamento:

- (A) debênture e nota promissória.
- (B) warrant e partes beneficiárias.
- (C) letra de cambito e duplicata.
- (D) cheque e aval.
- (E) nota promissória e duplicata.

**37**

Em que consiste o trespasse?

- (A) Direito de retirada de sócio ou acionista.
- (B) Cessão gratuita de cotas sociais.
- (C) Cessão onerosa de cotas sociais.
- (D) Alienação de estabelecimento comercial.
- (E) Abdicação, pelo sócio, do direito ao recebimento de dividendos em prol de outrem.

**38**

O *affectio societatis* refere-se:

- (A) à disposição dos sócios em obterem lucro de lucro.
- (B) à disposição dos sócios em criarem, em conjunto, novas sociedades mercantis.
- (C) à imagem de que goza uma sociedade perante o público em geral.
- (D) ao direito dos sócios de criarem novos estabelecimentos comerciais.
- (E) à vontade de união e aceitação das áleas comuns.

**39**

Sujeitam-se à recuperação judicial e extrajudicial e à falência:

- (A) o empresário e a sociedade simples.
- (B) o empresário e a empresa pública.
- (C) o empresário e a sociedade de economia mista.
- (D) o empresário e a sociedade empresária.
- (E) o empresário e o terceiro setor.

**40**

Assinale a alternativa em que se apresente a diferença entre a fiança mercantil e a fiança civil.

- (A) Naquela, o afiançado é empresário, e a obrigação decorre de causa empresarial.
- (B) Naquela, o afiançado não é, necessariamente, empresário, embora decorra, sempre, de causa empresarial.
- (C) Naquela, o afiançado é sempre empresário, conquanto não decorra, necessariamente, de causa empresarial.
- (D) Naquela, o afiançado responde solidariamente pela obrigação principal.
- (E) Naquela, tem-se presente o *affectio societatis*.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**41**

A lei tributária nova aplica-se ao ato ou fato pretérito:

- I. em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;
- II. não definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração;
- III. não definitivamente julgado, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, ainda que tenha implicado falta de pagamento de tributo.

Assinale:

- (A) se apenas o item III estiver correto.
- (B) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- (C) se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- (D) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

**42**

Conforme disposto no CTN e salvo disposição legal em contrário, assinale a alternativa que **não** configura a ocorrência de fato gerador.

- (A) tratando-se de situação de fato, ao se verificar a existência das circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios
- (B) tratando-se de situação jurídica, quando estiver definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável
- (C) a prática do ato ou celebrado o negócio, ainda que exista condição resolutiva
- (D) o implemento de condição suspensiva, em se tratando de negócio jurídico condicional
- (E) a ocorrência do evento, quando se tratar de condição resolutiva

**43**

O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos contados:

- (A) da data do lançamento ou do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (B) da data do fato gerador da obrigação tributária e da data em que se torna definitiva a decisão que houver anulado, por vício material, o lançamento anteriormente efetuado.
- (C) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado e da data em que se torna definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- (D) do último dia do exercício em que o lançamento poderia ter sido efetuado e da data em que se torna definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal ou material, o lançamento anteriormente efetuado.
- (E) do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado e da data em que se torna definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal ou material, o lançamento anteriormente efetuado.

**44**

Na existência de contrato de locação, em que exista cláusula expressa responsabilizando o locatário pelo pagamento dos encargos tributários incidentes sobre o imóvel, o IPTU, nos termos do CTN, deve ser cobrado:

- (A) do locatário, face à existência de cláusula expressa no contrato locatício.
- (B) do locatário e, subsidiariamente, do locador.
- (C) do locatário e do locador, face à responsabilidade solidária.
- (D) do locador, pois os acordos particulares não surtem efeitos em face da Fazenda Pública.
- (E) do locador e, subsidiariamente, do locatário.

**45**

A Empresa X pretende participar de procedimento licitatório para fornecimento de equipamentos de informática à Secretaria de Saúde do Estado. No entanto, está se vendo impedida de participar de tal certame por possuir obrigações tributárias vencidas junto ao Fisco Estadual, no valor de R\$ 100.000,00, as quais considera indevidas.

Assinale a alternativa que **não** viabiliza a participação da Empresa X na referida concorrência.

- (A) a concessão de antecipação de tutela em ação judicial
- (B) moratória concedida por despacho de autoridade administrativa
- (C) a concessão do parcelamento da dívida
- (D) a impetração de mandado de segurança preventivo
- (E) o recurso administrativo contra o lançamento sem depósito da quantia cobrada

**46**

Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, **não** se considera como tal:

- (A) a residência habitual, em se tratando de pessoa natural.
- (B) o lugar da sede, em se tratando de pessoa jurídica.
- (C) a residência do indivíduo, em se tratando de firma individual.
- (D) o lugar de cada estabelecimento, em relação aos atos que deram origem à obrigação.
- (E) local da repartição no território da entidade tributante, em se tratando de pessoa jurídica de direito público.

**47**

A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento:

- (A) não pode ser efetivada em relação a um mesmo sujeito passivo.
- (B) somente pode ser efetivada em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto ao fato gerador ocorrido a qualquer tempo.
- (C) somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto ao fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução.
- (D) somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto ao fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- (E) somente pode ser efetivada em relação a um mesmo sujeito ativo, quanto ao fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução.

**48**

O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nas seguintes hipóteses, dentre outras, previstas no artigo 149 do CTN:

- (A) em virtude de modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados e quando deve ser apreciado fato não conhecido por ocasião do lançamento anterior.
- (B) quando houver divergência na interpretação da lei, por parte de autoridade administrativa subordinada, e quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- (C) quando deve ser apreciado fato não conhecido por ocasião do lançamento anterior e quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- (D) quando a lei estabelecer novos critérios de apuração ou fiscalização e quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
- (E) quando se comprove falsidade, erro ou omissão, quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória, e quando a lei estabelecer novos critérios de apuração ou fiscalização.

**49**

Assinale a alternativa correta a respeito do pagamento de um crédito tributário.

- (A) Quando total, importa presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo tributo.
- (B) Quando parcial, importa, também, presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.
- (C) Quando parcial, importa presunção de pagamento das prestações em que se decompõe, salvo disposição de lei em contrário.
- (D) Quando parcial, não importa presunção de pagamento das prestações em que se decompõe.
- (E) Quando total, importa presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

**50**

A respeito da dívida tributária regularmente inscrita, pode-se afirmar que:

- (A) goza de certeza, liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
- (B) sua certeza pode ser ilidida por qualquer prova indiciária.
- (C) goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
- (D) somente pode ser desconstituída pelo sujeito passivo.
- (E) não precisa ser líquida.

**51**

Quanto à existência de erro em relação a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória, pode-se afirmar que:

- (A) somente pode ser retificado pelo contribuinte.
- (B) somente pode ser retificado pelos órgãos julgadores administrativos.
- (C) somente pode ser retificado pelos órgãos julgadores do Poder Judiciário.
- (D) será retificado de ofício pela autoridade administrativa competente.
- (E) somente pode ser retificado pelo superior hierárquico da autoridade fiscal que efetuou o lançamento.

**52**

Se duas pessoas jurídicas de direito público exigirem idênticos tributos, com base no mesmo fato gerador, poderá o contribuinte:

- (A) consignar judicialmente os dois tributos para suspender a cobrança dos dois tributos.
- (B) depositar o tributo que entende devido nos cofres de um dos entes.
- (C) consignar judicialmente apenas o tributo que se propõe a pagar.
- (D) consignar judicialmente apenas o tributo que entende indevido.
- (E) propor ação judicial excluindo o crédito sob condição suspensiva.

**53**

O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

- (A) de rescisão de decisão condenatória.
- (B) de anulação ou rescisão de decisão condenatória.
- (C) de revogação ou rescisão de decisão condenatória.
- (D) de anulação de decisão condenatória.
- (E) de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

**54**

Um contribuinte é autuado por infração à legislação do imposto sobre produtos industrializados e, apesar de defender-se judicialmente, não obtém decisão que lhe seja favorável. Intimado a pagar o imposto e a multa devida, ele toma conhecimento da entrada em vigor de uma lei que comina penalidade menos severa que aquela vigente ao tempo da infração.

Assinale a afirmativa correta aplicável à situação acima narrada.

- (A) A lei vigente na época da infração somente não será aplicável à hipótese, se tiver sido expressamente revogada pela posterior.
- (B) A nova lei não é aplicável à hipótese, porque se trata de ato definitivamente julgado.
- (C) A nova lei retroage, porque é mais benéfica ao contribuinte.
- (D) A nova lei retroage, apenas para efeito de excluir a multa devida.
- (E) A lei que estabelece normas gerais de Direito Tributário jamais se aplica a ato ou fato pretérito.

**55**

Em se tratando de lançamento por homologação, sem prazo fixado em lei, decorridos cinco anos sem pronunciamento da Fazenda Pública:

- (A) o lançamento não será considerado homologado, enquanto a Fazenda não o fizer de ofício.
- (B) o lançamento sempre será considerado homologado.
- (C) o lançamento sempre será considerado homologado e o crédito definitivamente extinto.
- (D) o lançamento será considerado homologado e o crédito definitivamente extinto, salvo se comprovada a ocorrência de culpa, dolo, fraude ou simulação.
- (E) o lançamento será considerado homologado e o crédito definitivamente extinto, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**56**

Em caso de crédito tributário resultante de ato praticado por gerente de pessoa jurídica de direito privado que infrinja determinado dispositivo legal:

- (A) a responsabilidade é da empresa, pois ela responde pelos atos praticados por seus dirigentes, gerentes ou representantes.
- (B) o gerente somente responde subsidiariamente à empresa.
- (C) o gerente e a empresa respondem solidariamente.
- (D) a responsabilidade é da empresa, pois esta independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- (E) o gerente responde pessoalmente.

**57**

Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, responde solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- (A) o sócio, no caso de liquidação de sociedade de pessoas, em relação aos tributos devidos pela liquidada.
- (B) o sucessor a qualquer título pelos tributos devidos pelo *de cujus*, até a data da partilha, sendo sua responsabilidade limitada ao montante do seu quinhão.
- (C) o adquirente pelos tributos relativos aos bens adquiridos.
- (D) o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus*, até a data de abertura da sucessão.
- (E) o remetente, pelos tributos relativos aos bens remidos.

**58**

Em se tratando de sucessão de uma pessoa jurídica por outra, relativamente a tributos devidos por aquela, pode-se afirmar que:

- (A) o adquirente responderá integralmente pelos tributos, mesmo se o alienante prosseguir na exploração da atividade comercial.
- (B) no caso de aquisição de estabelecimento comercial, com continuidade da respectiva exploração, o adquirente responde pelos tributos devidos.
- (C) no caso de aquisição de fundo de comércio, com continuidade da exploração, o adquirente responde apenas pelos impostos, afastando a exigência das multas.
- (D) o adquirente só responderá pelos tributos incidentes na produção.
- (E) não ocorre substituição porque o alienante permanece com a obrigação tributária.

**59**

São causas interruptivas do prazo prescricional da ação de cobrança do crédito tributário, dentre outras:

- (A) o protesto judicial e o despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- (B) o protesto judicial e a efetivação da citação em execução fiscal.
- (C) o protesto judicial e qualquer ato extrajudicial que constitua o devedor em mora.
- (D) o despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal e qualquer ato extrajudicial que constitua o devedor em mora.
- (E) a efetivação da citação em execução fiscal e qualquer ato judicial que constitua o devedor em mora.

**60**

A competência e os poderes das autoridades administrativas, em matéria de fiscalização tributária, devem ser regulados pela legislação tributária:

- (A) em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, aplicando-se aos contribuintes, sejam pessoas naturais ou jurídicas, exceto as que gozem de isenção de caráter pessoal.
- (B) em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, aplicando-se aos contribuintes, sejam pessoas naturais ou jurídicas, exceto as que gozem de imunidade tributária.
- (C) em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, aplicando-se às pessoas naturais ou jurídicas, aos contribuintes ou não, exceto as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.
- (D) em caráter geral, aplicável a todos os tributos da União, dos Estados e dos Municípios, indistintamente.
- (E) em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, aplicando-se às pessoas naturais e jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

**61**

Segundo a legislação do Estado do Mato Grosso do Sul, o Regime Especial de Controle e Fiscalização instituído pelo Decreto Estadual 11.803/05, consiste:

- (A) na fiscalização e controle das operações de exportação e saída de mercadorias para o fim específico de exportação.
- (B) na fiscalização e controle de operações relativas ao transporte intermunicipal.
- (C) na fiscalização e controle das mercadorias que ingressam no país.
- (D) no regime especial atribuído às microempresas.
- (E) na fiscalização e controle das operações de importação e entrada de mercadorias no Estado.

**62**

Nas operações de saídas internas realizadas por produtor de alguns produtos agrícolas, como milho e soja, destinados a estabelecimento industrial, o lançamento e o pagamento do ICMS devem ser feitos:

- (A) no momento da saída das mercadorias do produtor.
- (B) no momento da entrada das mercadorias no estabelecimento industrial.
- (C) no momento do transporte das mercadorias *in natura*.
- (D) no momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.
- (E) em nenhum momento, pois são isentos de ICMS.

**63**

Assinale a opção que **não** representa uma condição de reconhecimento da imunidade tributária do patrimônio das fundações criadas por partidos políticos.

- (A) aplicação integral dos recursos no país
- (B) não auferir renda
- (C) não-remuneração para seus dirigentes
- (D) não-distribuição de lucros
- (E) legalidade da escrituração contábil de suas receitas e despesas

**64**

O Decreto 11.803/05 dispõe sobre obrigações a serem cumpridas pelos estabelecimentos que realizem operações de saída com fins de exportação, amparadas pela não-incidência, destinadas aos seguintes estabelecimentos ou órgãos, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) empresa comercial exportadora, inclusive *trading*
- (B) outro estabelecimento do próprio contribuinte remetente, pelo qual se promovia a exportação
- (C) empresa industrial exportadora
- (D) armazém alfandegário
- (E) entreposto aduaneiro

**65**

A empresa X importou do exterior uma máquina para compor sua linha de produção, com o preço declarado de US\$ 15.000,00, para pagamento em 30 dias após a entrega. Ao chegar ao Brasil, a autoridade fiscal fixa a base de cálculo do imposto de importação em US\$ 25.000,00, vindo a atingir o valor de US\$ 1.250,00, ao câmbio de R\$ 2,00. Além do imposto de importação, a empresa X arcou, ainda, com R\$ 2.000,00 de IPI e R\$ 700,00 de frete. Após trinta dias, como contratado, a empresa X efetuou o pagamento da máquina ao câmbio de R\$ 2,50. Considerando os dados fornecidos, qual é a base de cálculo do ICMS?

- (A) R\$ 66.325,00
- (B) R\$ 65.625,00
- (C) R\$ 52.500,00
- (D) R\$ 54.500,00
- (E) R\$ 37.500,00

**66**

A respeito da incidência do ICMS, analise as afirmativas a seguir:

- I. Incide sobre qualquer tipo de prestação de serviços de comunicação.
- II. Incide sobre o transporte intermunicipal de valores.
- III. Não incide sobre operação que destine ao exterior produto primário.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**67**

A autoridade fiscal, após fiscalização realizada na Empresa Y, aplicou multa equivalente a R\$ 100.000,00, decorrente do descumprimento de suas obrigações relativas ao ICMS. A referida Empresa, intimada para liquidar o débito em 23/03/2006, reconheceu a legitimidade do ato do Fisco, vindo a realizar o pagamento integral do principal e da referida multa em 11/04/2006. Assinale a alternativa que corresponde ao valor da multa efetivamente pago pela Empresa Y.

- (A) R\$ 10.000,00
- (B) R\$ 30.000,00
- (C) R\$ 50.000,00
- (D) R\$ 90.000,00
- (E) R\$ 100.000,00

**68**

A respeito do depósito administrativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. É facultado ao sujeito passivo depositar em dinheiro o valor integral do crédito tributário exigido na data do depósito, para suspender sua exigibilidade e a fluência de encargos pecuniários.
- II. O depósito parcial do valor pecuniário exigido pelo Fisco não acarreta a suspensão da exigibilidade e a fluência de encargos pecuniários, seja em relação ao total do crédito tributário, seja em relação à parcela depositada.
- III. A única hipótese de levantamento antecipado de valor pecuniário depositado, antes do término do processo administrativo tributário ou do trânsito em julgado da decisão judicial, ocorre quando é prestada garantia idônea e suficiente.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**69**

Após a realização de levantamento fiscal, apurou-se a existência de débito relativo ao ICMS. Diante de tal fato, o Fisco deverá:

- (A) efetuar a cobrança por meio do contencioso administrativo fiscal.
- (B) lavrar o Auto de Levantamento Fiscal e remetê-lo à Dívida Ativa.
- (C) cobrar o débito de imediato.
- (D) oferecer o parcelamento do débito, antes da lavratura do Auto de Infração.
- (E) aplicar a alíquota vigente na data do levantamento fiscal.

**70**

Uma indústria vende para outra uma mercadoria no valor de R\$ 2.000,00. Essa segunda indústria vende para um varejista a mesma mercadoria por R\$ 3.000,00. O varejista, por sua vez, vende tal mercadoria ao consumidor final por R\$ 4.300,00. Considerando que em todas as operações há incidência de ICMS à alíquota de 10%, qual é o valor de tal tributo a ser efetivamente recolhido no momento da venda ao consumidor final?

- (A) R\$ 100,00
- (B) R\$ 130,00
- (C) R\$ 230,00
- (D) R\$ 300,00
- (E) R\$ 430,00

**71**

João, portador de deficiência física, realiza um antigo sonho e adquire seu primeiro veículo em uma revendedora de veículos novos, cujo valor anual do IPVA é de R\$ 1.800,00. Considerando que o veículo fora adquirido em 30 de julho de 2005, assinale a alternativa que corresponde ao valor do IPVA que João deverá pagar naquele ano:

- (A) R\$ 367,50
- (B) R\$ 630,00
- (C) R\$ 682,50
- (D) R\$ 900,00
- (E) R\$ 1.050,00

## 72

O agente fiscal a quem incumbe a cobrança do crédito tributário deve fazê-la sempre que não haja causa suspensiva de sua exigibilidade:

- (A) logo após as decisões dos órgãos julgadores.
- (B) logo após o encerramento do prazo para impugnação do lançamento, sem que ela tenha ocorrido.
- (C) até o prazo máximo de 30 dias, após o julgamento definitivo da impugnação ao lançamento, quando amigável.
- (D) até o prazo máximo de 20 dias, após a ocorrência da impugnação ao lançamento, quando não amigável.
- (E) até o prazo máximo de 15 dias, após o julgamento definitivo da impugnação ao lançamento, quando amigável.

## 73

O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do valor de tributo, penalidade pecuniária e encargo pecuniário, nos seguintes casos, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) reforma, anulação e rescisão da decisão condenatória
- (B) declaração de inconstitucionalidade da norma que impôs o tributo, por tribunal competente
- (C) declaração de ilegalidade da norma que impôs o tributo, por parte da própria Administração Pública
- (D) erro na determinação da alíquota aplicável
- (E) erro na identificação do sujeito ativo

## 74

**Não** é base de cálculo do ICMS:

- (A) o valor da operação compreendendo mercadoria ou serviço, no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento.
- (B) o valor da operação na transmissão de propriedade de mercadoria, quando ela não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.
- (C) o valor da operação de transmissão a terceiro de mercadoria depositada em Armazém Geral.
- (D) o valor da operação de saída da mercadoria do estabelecimento contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.
- (E) o valor da operação correspondente à aquisição, no caso de entrada no território do Estado, de petróleo, quando destinado a comercialização ou industrialização.

## 75

Nos termos do Decreto 11.803/05, o estabelecimento remetente **não** fica sujeito ao pagamento do imposto devido, monetariamente atualizado, e dos acréscimos legais, inclusive multa, quando:

- (A) a exportação dos produtos remetidos sem a incidência do imposto não se efetivar.
- (B) a exportação dos produtos remetidos sem a incidência do imposto não for comprovada.
- (C) for retificado o Registro de Exportação (RE), antes da data de sua averbação.
- (D) o pagamento do débito fiscal não tiver sido efetuado a este estado pelo destinatário.
- (E) realizada outra operação pelo estabelecimento destinatário que não seja a de exportação, com os produtos remetidos sem a incidência do imposto.

## 76

O estabelecimento interessado na obtenção do regime especial de controle e fiscalização das operações de exportação deve comprovar:

- (A) que está estabelecido no Estado há mais de dois anos, que está regularizado perante a Fazenda Estadual e que é proprietário ou possuidor a outro título, de armazém instalado no Estado, com capacidade mínima de dez mil toneladas, exceto o de produtor.
- (B) que está estabelecido no Estado há mais de três anos, que está regularizado perante a Fazenda Estadual e que é proprietário ou possuidor a outro título, de armazém instalado no Estado, com capacidade mínima de vinte mil toneladas, exceto o de produtor;
- (C) que está estabelecido no Estado há mais de um ano, que está regularizado perante a Fazenda Estadual e que é proprietário ou possuidor a outro título, de armazém instalado no Estado, com capacidade mínima de cinco mil toneladas, exceto o de produtor.
- (D) que está estabelecido no Estado há mais de dois anos, que está regularizado perante a Fazenda Estadual e que é proprietário ou possuidor a outro título, de armazém instalado no Estado, com capacidade mínima de vinte mil toneladas, exceto o de produtor.
- (E) que está estabelecido no Estado há mais de três anos, que está regularizado perante a Fazenda Estadual e que é proprietário ou possuidor a outro título, de armazém instalado no Estado, com capacidade mínima de dez mil toneladas, exceto o de produtor.

## 77

Nas operações internas com milho e soja destinadas a produtores rurais, para uso como ração animal, o lançamento e o pagamento do imposto:

- (A) sempre ficam diferidos para o momento da saída tributada dos animais.
- (B) ficam diferidos para o momento da saída tributada dos animais, desde que o destinatário seja detentor de autorização específica.
- (C) sempre ficam diferidos para o momento da saída tributada dos produtos resultantes do seu abate.
- (D) sempre são efetuados antes da saída do milho e da soja dos estabelecimentos produtores.
- (E) ficam diferidos para o momento da entrada do milho e da soja nos estabelecimentos dos produtores rurais.

## 78

A respeito do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direito – ITCD, é correto afirmar que:

- (A) o ITCD é exigível também no caso de sucessão provisória.
- (B) as legítimas dos herdeiros, desde que não gravadas, sujeitam-se ao ITCD.
- (C) o ITCD relativo a bens imóveis e respectivos direitos é devido ao Estado de sua situação.
- (D) o ITCD relativo a bens móveis, títulos e créditos é devido ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou onde tiver domicílio o doador.
- (E) o ITCD alcança a doação, ainda que a título de adiantamento da legítima.

**79**

A aplicação do diferimento de lançamento e pagamento do imposto, previsto no Decreto 9.895/00, fica condicionada à regularidade cadastral do destinatário e, dentre outras obrigações acessórias, à emissão:

- (A) pelo destinatário, exceto o produtor, de Nota Fiscal relativa à entrega da mercadoria no seu estabelecimento, sem destaque do ICMS, quando o remetente for produtor, sem prejuízo da emissão por este da Nota Fiscal de Produtor, Série Especial.
- (B) pelo remetente, exceto o produtor, de Nota Fiscal relativa à saída da mercadoria no seu estabelecimento, sem destaque do ICMS, quando o destinatário for produtor, sem prejuízo da emissão por este da Nota Fiscal de Produtor, Série Especial.
- (C) pelo destinatário, inclusive o produtor, de Nota Fiscal relativa à entrega da mercadoria no seu estabelecimento, com destaque do ICMS, quando o remetente for produtor, sem prejuízo da emissão por este da Nota Fiscal de Produtor, Série Especial.
- (D) pelo destinatário, inclusive o produtor, de Nota Fiscal relativa à entrega da mercadoria no seu estabelecimento, sem destaque do ICMS, quando o remetente for produtor, com prejuízo da emissão por este da Nota Fiscal de Produtor, Série Especial.
- (E) pelo remetente, exceto o produtor, de Nota Fiscal relativa à saída da mercadoria no seu estabelecimento, com destaque do ICMS, quando o destinatário for produtor, com prejuízo da emissão por este da Nota Fiscal de Produtor, Série Especial.

**80**

**Não** integra a base de cálculo do imposto sobre circulação de mercadorias:

- (A) o desconto condicionado a evento futuro e incerto.
- (B) o frete relativo ao transporte intermunicipal.
- (C) o seguro da mercadoria.
- (D) o montante do próprio imposto.
- (E) juro decorrente da inadimplência do comprador.







F U N D A Ç Ã O  
GETULIO VARGAS

---

**FGV PROJETOS**

<http://concurso.fgv.br>